

Governo teme alterações no Orçamento

O Governo está receoso de que a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional questione a meta do controle do déficit público para 1989, fixada em 2% do Produto Interno Bruto, conforme a tese levantada pelo deputado Cesar Maia (PDT-RJ), e, a partir daí, decida introduzir alterações na proposta orçamentária. Se isto ocorrer, "a vaca vai pro brejo" — a expressão foi usada ontem por um assessor do presidente José Sarney, revelando ainda que o Governo vem tomando as devidas precauções na tramitação do Orçamento de 1989 no Congresso.

O problema não é a criação de novas despesas ou cortes de gastos pelos membros da Comissão, mas o fato da proposta orçamentária ter sido elaborado em bases metodológicas, que modificadas, prejudicariam a unidade de todo o orçamento.

Indexação

Outra questão levantada na Comissão foi a instituição de indexadores para o Orçamento: a URP (Unidade de Referências de Preços) para as despesas com salários de pessoal; a OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) para os gastos de custeio e investimentos; a taxa cambial para as contas externas, e a inflação para outros.

Essa, entretanto, não é uma questão preocupante, porque, antes do orçamento, o Governo enviou ao Congresso um projeto de lei instituindo a nova sistemática de elaboração do Orçamento da União. Na justificativa do projeto, mostram as autoridades econômicas que o Orçamento deveria tornar-se mais realista.

Nesse sentido, as correções orçamentárias aplicam-se também às receitas da União, forma que vem sendo adotada gradualmente pelo Tesouro para evitar evasão de recursos para os setores privados. Não só as dívidas vêm sendo devidamente corrigidas, como encolhidos os prazos dos recolhimentos.

A preocupação do Palácio com relação ao Orçamento Geral da União para 1989 deve-se principalmente ao fato de que, com a nova Constituição, o Congresso passa a ser co-responsável pelo Orçamento.